

Prebisch e a crítica ao capitalismo periférico: em busca da transformação latino-americana

Tatiana Ferreira Henriques*

1. Metodologia e História do Pensamento Econômico.

1.2. História do Pensamento Econômico.

Submetido para apresentação em Sessões de Comunicações.

RESUMO

O objetivo deste artigo é resgatar os últimos trabalhos de Raúl Prebisch, ofuscados em meio à grave crise da dívida que assolou a região, pela sua importância na trajetória de consolidação do pensamento crítico original latino-americano. Nesses, Prebisch esboça a síntese da sua interpretação acerca do capitalismo periférico, a qual revela a complexidade, a especificidade e as graves deturpações políticas, econômicas e sociais desse sistema, que dista muito do que se observa no centro desenvolvido, assim como as possibilidades e opções abertas à região, pela forma como esta tem se inserido no capitalismo global. Dessa forma, afirma a imprescindibilidade da transformação latino-americana, a partir de um esforço teórico complexo, compreendido como uma síntese entre certos princípios do liberalismo e do socialismo. Por fim, denuncia a renitente escolha da periferia em incorporar raciocínios teóricos elaborados nos centros, baseados em pressupostos tais que os tornam incapazes de explicar a realidade da região.

Palavras-chaves: Prebisch; pensamento latino-americano; capitalismo periférico; desenvolvimento; teoria da transformação.

ABSTRACT

The aim of this article is to retrieve the last works of Raúl Prebisch, overshadowed by the severe debt crisis that devastated the region, due to its importance in the consolidation of the original Latin American critical thinking. In these, Prebisch delineates the synthesis of its interpretation on the peripheral capitalism, which reveals the complexity, specificity and serious political, economic and social distortions in the system, which lies very far from what is observed in the developed center, as well as the possibilities and options open to the region, by the manner that has been inserted into global capitalism. Thus, affirms the indispensability of Latin American transformation through a complex theoretical effort, understood as a synthesis between certain principles of liberalism and socialism. Finally, denounces a reluctant choice of the periphery to incorporate theoretical arguments developed in the centers, based on certain assumptions that make them unable to explain the reality of the region.

Keywords : Prebisch; Latin American thought; peripheral capitalism; development; theory of transformation.

* Mestranda em Economia pela Universidade Estadual de Campinas – IE/Unicamp, Brasil. E-mail: tatifh07@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O período de reorganização da ordem econômica internacional, após a grande depressão dos anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial, ficou marcado pela efervescência de ideias dentro dos marcos teórico do desenvolvimento, especialmente àquelas originadas nos países que se encontravam na periferia do sistema capitalista global. Entre essas, ganha força a abordagem estruturalista da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), em confronto com as teorias de modernização oriundas do centro – pressupunha-se um movimento de passagem pelas etapas do desenvolvimento até atingir a ansiada “sociedade de consumo de massas”, como em Rostow (1971).

Assim, contrários à visão difundida de que os países latino-americanos encontravam-se em um quadro de atraso em relação às principais potências “maduras” do capitalismo, esses intelectuais elaboraram um corpo teórico que permitia entender as especificidades da região e o caráter do seu subdesenvolvimento, a partir de uma investigação histórico-estrutural. Segundo o próprio Prebisch,

Com efeito, caracterizo o capitalismo periférico como um processo dinâmico de propagação e irradiação de técnicas, ideias, ideologias e instituições dos centros numa estrutura social – a da periferia – que é fundamentalmente diferente. Isto acarreta contradições muito importantes, tanto no desenvolvimento interno da periferia como nas relações com os centros, desenvolvidas sob hegemonia destes últimos¹.

É inegável a importância das análises cepalinas, especialmente quando se tem em vista a influência que tiveram no processo deliberado de industrialização da região. A investigação de Prebisch acompanhou as mudanças pelas quais os países latino-americanos passaram, em meio a alterações no cenário internacional, ressaltou os seus avanços e retrocessos, e propôs medidas, instrumentos e políticas de ação.

No entanto, por mais que se desenvolvessem, esses países nunca perderam sua condição de periferia no sistema capitalista mundial. É nos seus últimos trabalhos, em meio à crise global e ao enorme endividamento da região, que Prebisch sintetiza o caráter do capitalismo periférico, a inerente tendência à exclusão e ao conflito, e, as contradições internas que, cedo ou tarde, desembocariam em crises – logo, sua conclusão de que então a superação dos graves problemas da América Latina só virá com a sua transformação em profundidade.

¹ Raúl Prebisch, 7 de dezembro de 1979. Prefácio à obra de Octavio Rodríguez, 1981, p.10.

Nesse sentido, torna-se relevante resgataremos as suas últimas contribuições teóricas, pois elas refletem a maturidade do pensamento de Prebisch, isto é, são resultados de todas as investigações desenvolvidas nas décadas anteriores, frente à CEPAL, conforme se modificavam os atores e cenários externos e internos. Além disso, revela-se importante porque, pela profundidade da crise dos anos 1980, os esforços teóricos nos marcos do (sub)desenvolvimento latino-americano foram ofuscados e, em seguida, desbancados pela hegemonia do pensamento neoliberal das últimas décadas.

Desse modo, o presente artigo está dividido em quatro partes, sendo a primeira esta breve introdução. Na segunda seção são retomadas algumas ideias iniciais do pensamento de Prebisch, essenciais na compreensão da sua análise teórica sobre a realidade latino-americana. Em seguida, apresenta-se uma síntese dos principais pontos dos seus últimos trabalhos, na qual o autor, já livre das “obrigações práticas”, expõe suas críticas mais contundentes a respeito do funcionamento do sistema.

Para aclarar a análise, subdivide-se essa parte em cinco. A primeira subseção resume as disparidades da periferia em comparação com o centro e das relações entre eles. Na segunda, analisa-se a questão do excedente estrutural, sua origem e as formas como ele é apropriado e utilizado em uma sociedade de consumo privilegiado. Nesse sentido, discutem-se as relações de poderes: econômico, social, político e sindical, que se modificam conforme o sistema desenvolve-se e o processo de democratização é fortalecido, resultando em pugnas distributivas sobre o excedente. Na quarta subseção, a síntese da sua teoria da transformação. E na seguinte, está a crítica de Prebisch à dependência intelectual da periferia, que busca no centro teorias que não tem a finalidade de explicar a realidade latino-americana e, dessa forma, não abarcam o caráter específico desse capitalismo. Por fim, algumas considerações finais acerca do objeto proposto, tendo em vista que as questões enfrentadas pela região no período recente sinalizam que tais análises seguem válidas – sem incorrerem no equívoco do anacronismo. Logo, torna-se premente a retomada do pensamento crítico original latino-americano que, para além do âmbito econômico, vise à superação do subdesenvolvimento, através do duplo enfrentamento: a situação da dependência externa e a segregação interna.

2. AS IDEIAS INICIAIS

Desde suas primeiras contribuições à frente da CEPAL, Prebisch defendeu a importância do pensamento crítico original, a partir da apreensão de certa realidade – no caso,

a região latino-americana – e de sua história, para assim compreender suas especificidades e problemas próprios. Isto é, o primeiro passo para livrar-se das amarras do subdesenvolvimento é deixar de tentar ajustar, em vão, uma teoria a uma realidade que dista muito daquela na qual foi concebida.

Nesse sentido, Gurrieri (2011) afirma que desde o seu programa² inicial (o “manifesto latino-americano³”), que foi um divisor de águas do pensamento e da história da região, já se notava que Prebisch utilizava as ideias como instrumentos de ação, ou seja, que devem ser incorporadas ou abandonadas segundo o poder que têm para explicar e, em seguida, transformar tal realidade. É um pensamento vivo.

Revelaram-se, assim, as falácias das virtudes do comércio internacional baseado no postulado liberal das vantagens comparativas. Em primeiro lugar, porque as relações comerciais são assimétricas e polarizadas: havia um centro dinâmico e uma periferia reflexa; e, segundo, porque os frutos do progresso técnico não são repartidos igualmente entre as partes. Como as regiões periféricas eram inseridas no sistema global em função dos interesses e necessidades dos centros, o progresso técnico penetrou de forma lenta e irregular nesses países, levando à heterogeneidade estrutural e à especialização produtiva em torno de recursos naturais.

Portanto, conformaram-se fortes desigualdades entre centros e periferia: nos níveis médios de produtividade e renda, nas estruturas produtivas e nas funções e posições ocupadas dentro do sistema mundial.

A conhecida tese da deterioração dos termos de troca é uma manifestação dessas enormes disparidades estruturais, funcionais e de poder entre os diferentes países. A forma como a relação de preços evoluciona, isto é, o fato dos preços primários “deteriorarem-se” frente aos preços dos produtos industriais, significa que os centros, além de possuírem maior capacidade para reter os frutos dos seus aumentos de produtividade, ainda apropriam-se de parte da renda gerada na periferia (GURRIERI, 2011).

A partir dessas ideias originárias, justificar-se-á a imprescindibilidade de uma política deliberada de industrialização na região – já que esta não ocorreria espontaneamente sob o livre jogo das forças do mercado – para desenvolver-se superando a condição periférica.

² Assim explicou o autor: “Preferimos a expressão programa, pois a proposta de Prebisch, além de impulsionar o conhecimento científico, propiciou a criação e a consolidação de instituições que permitiram o crescimento e a difusão de suas ideias, desempenhando o papel de aríetes que derrubaram muralhas para conhecer e transformar a realidade” (GURRIERI, 2011, p.15).

³ Expressão tal como Albert Hirschman nomeou o ensaio de 1949: *El desarrollo económico de la América Latina y sus principales problemas*, escrito como introdução a *Estudio económico de la América Latina 1948* (PREBISCH, 2011).

No entanto, quando levado a cabo, esse esforço industrializante resultou num processo que não solucionava, mas reproduzia, em outros níveis, as diferenças estruturais entre o centro e a periferia.

Já nos anos 1960 a industrialização em curso dava indícios de que não conseguiria incorporar os frutos do progresso técnico à maioria da população, não eliminaria a vulnerabilidade e a dependência externas, e ainda limitaria o desenvolvimento em um sentido amplo (BIELSCHOWSKY, 2000). Assim, sem deixar de reconhecer as alternativas dadas pela conjuntura internacional, atentou para as “falhas fundamentais” da industrialização latino-americana: excessivamente orientada para o mercado interno e para a substituição de bens finais, especialmente de consumo, e, nesse âmbito, fortemente diversificada, porém de maneira desarticulada e fragmentada frente a seus mercados estreitos.

Contudo, é só na década seguinte que Prebisch, livre das “obrigações práticas”, aprofunda sua interpretação crítica a respeito das (poucas) opções abertas à periferia, tendo em vista a forma como ela participou e participa do sistema capitalista global. Isto é, não basta um forte esforço de acumulação de capital ou o enfrentamento daquelas falhas, combinando-os com reformas estruturais; o desenvolvimento da região só seria alcançado com a transformação do sistema vigente.

Por más que se piense, las reglas del juego del capitalismo periférico no permiten atacar sus dos grandes fallas. Ni su sentido excluyente, que sólo podría corregirse con una más intensa acumulación de capital a expensas de los estratos privilegiados y de los ingresos que se transfieren a los centros, ni su sentido conflictivo que se acentúa cada vez más en el juego irrestricto de relaciones de poder (PREBISCH, 1981, p.45).

3. A CRÍTICA AO CAPITALISMO PERIFÉRICO

Para compreender o capitalismo periférico, é necessário buscar um marco conceitual integrado, não apenas circunscrito ao âmbito econômico. Por isso a determinação de Prebisch, nos seus últimos trabalhos, em realizar uma análise que incorporasse as condições econômicas, sociais e políticas da periferia, bem como sua tendência a crises reiteradas.

A periferia latino-americana reflete grandes contradições internas e externas. De um lado porque o capitalismo desenvolvido é essencialmente centrípeto, absorvente e dominante, ou seja, desenvolve-se aproveitando o que a periferia tem para oferecer, sem o intuito de desenvolvê-la. De outro, porque encerra contradições graves e dificilmente

contornáveis: “prosperidad, y a veces opulencia, en un extremo; persistente pobreza en el otro” (PREBISCH, 1981, p.14)

3.1. As disparidades das relações centro-periferia

A origem das diferenças entre os dois polos do sistema está neste fenômeno estrutural no qual os centros têm o poder de reter os frutos do seu progresso técnico, em função da sua índole centrípeta – fundamental para a compreensão do tardio desenvolvimento periférico.

De início, a periferia cumpriu um papel passivo e subordinado: um prolongamento apendicular das economias centrais, cuja função era fornecer-lhes os produtos primários, a baixo custo, que necessitavam aos seus desenvolvimentos. Assim criaram-se as condições para propagação da técnica produtiva e para atender à demanda por bens industriais. São essas condições que, em maior ou menor intensidade, vão influenciar o ulterior processo de industrialização – ainda na fase de crescimento para fora, sem romper com o pretérito esquema da divisão internacional do trabalho, algumas regiões contaram com certas indústrias dispersas e compartimentadas, ou seja, com muito pouco intercâmbio entre elas.

É importante salientar que, enquanto o processo de industrialização nos centros modificava progressivamente a estrutura social, os frutos do progresso técnico eram difundidos por toda a sociedade. Já na periferia, estes se restringiam aos estratos superiores, fortemente vinculados às atividades primário-exportadoras, com aproveitamento ínfimo da grande massa da população.

Em relação aos produtos primários, especialmente os alimentos, vale ressaltar que, esses, salvo exceções, tendem a crescer com relativa lentidão frente à incessante diversificação da demanda por bens manufaturados – largamente produzidos nos países centrais. A tendência ao estrangulamento externo, imanente ao desenvolvimento periférico, é resultado da disparidade de elasticidades: baixa no caso da demanda por produtos primários tradicionais e relativamente alta no caso dos bens industriais.

Assim, impunham-se duas possibilidades para corrigir gradualmente essa disparidade. A primeira seria impulsionar a exportação de outros bens ao centro, além dos tradicionais, para gerar as divisas necessárias à importação daquilo que não poderia ser produzido internamente, por falta de recursos ou inferioridade técnica. A outra opção seria

intensificar o ritmo da produção interna, para obter o que não era importado por falta de meios.

Como a primeira não atendia aos interesses das economias desenvolvidas, a segunda opção foi a resposta possível às robustas crises nos centros: a Grande Depressão dos anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial. Logo, ganha vigor o processo de industrialização por substituição de importações. Já a exportação de manufaturas oriundas da América Latina só teria certa expressão conforme aquele processo substitutivo perdesse o fôlego e o desenvolvimento nos centros alcançasse um ritmo extraordinário.

Durante esos años queda encubierta en cierto modo la tendencia centrípeta del capitalismo, pero ésta no desaparece. En efecto, el gran esfuerzo exportador que desenvuelve la periferia no alcanza la medida exigida por sus crecientes necesidades de importación y el pago de servicios financieros. La periferia apenas participa marginalmente en el caudaloso crecimiento del intercambio industrial de los centros, alentado por una franca política de liberalización entre ellos. Sus nuevas exportaciones industriales conciernen principalmente a bienes donde las innovaciones han dejado de serlo gracias a nuevos avances de la técnica, o se limitan a fragmentos de bienes avanzados producidos por empresas que aprovechan los bajos salarios, pero sin el designio de introducir formas avanzadas de industrialización integral (PREBISCH, 1981, p.188).

Em relação a esse último aspecto, muitos defenderam a penetração das grandes empresas transnacionais na região, justificando que elas permitiriam a participação da periferia no caudaloso intercâmbio industrial dos países centrais. Dessa forma, contribuiriam para um notável incremento das exportações de manufaturas através da internacionalização do processo produtivo. De fato, “las transnacionales han contribuido mucho más a la internacionalización de las formas consumo que a la internacionalización de la producción mediante el intercambio con los centros” (PREBISCH, 1981b, p.164).

Em termos de eficiência econômica, é inegável a contribuição das transnacionais no processo de substituição de importações. Elas aproveitaram-se do crescimento do mercado interno e, posteriormente, dos subsídios e incentivos à exportação para outros países da região. No entanto, como consequência das disparidades estruturais das relações centro-periferia, esta nunca deixou de estar à margem dos processos globais. Além disso, se, de início contribuíram para a regularização do desequilíbrio externo pela substituição de importações, posteriormente o acentuaram, pela crescente remessa de lucros e pagamentos ao exterior, em relação a novos aportes de capital.

O mencionado crescimento extraordinário do intercâmbio nos centros reflete também certa divisão do trabalho entre os distintos países avançados, para fazer frente às exigências das demandas em incessante diversificação. Na periferia, ao contrário, mal haviam rompido aquele pretérito esquema no qual cada país convergia de forma isolada a atender os

desígnios do centro. Logo nos primeiros documentos da CEPAL, ainda antes da criação do Mercado Comum Europeu, Prebisch (1981) afirma que já se alertava para a tendência à exaustão das substituições fáceis e a necessidade de adquirir técnicas mais complexas que exigem a superação da estreiteza de mercados estancos dos diversos países. Surgiu assim a ideia do mercado comum latino-americano, baseado na redução das barreiras e tarifas alfandegárias e em acordos concertados entre os governos visando melhor coordenação industrial.

No entanto, tratando-se da questão de integração da região, Prebisch (1988) acredita que essas ideias primárias não devem ser abandonadas, mas que o projeto do mercado comum latino-americano precisaria mudar na forma e no tempo necessário para realizá-lo, pelas disparidades técnicas e econômicas internas. Sem tomar certas medidas – como, por exemplo, a repartição dos gastos de investimentos das economias mais beneficiadas entre as outras –, os países menos desenvolvidos sempre estarão em condições inferiores frente aos mais avançados.

Outro aspecto essencial das disparidades entre os dois polos está nas relações de poder – que revelam o pequeno raio de manobra que, nestas condições, resta à América Latina. À medida que o centro expande seu poder tecnológico, econômico e político, este é acompanhado de ideologias, ideias e manifestações culturais, que se propagam e se irradiam⁴ na periferia. É o reflexo do fenômeno histórico de hegemonia econômica, política e estratégica dos centros, em especial, da superpotência que se converteu no centro dinâmico do capitalismo.

Em defesa dos seus interesses, os centros valem-se das mais diversas formas de ação e persuasão:

Concesiones comerciales, recursos financiero, sea por cauces bilaterales o multilaterales, ayuda militar, ciertos medios de influir manifiesta o encubiertamente sobre la opinión pública y los gobiernos y, eventualmente, medidas punitivas que terminan a veces con el empleo de la fuerza. Los centros, especialmente la superpotencia capitalista, emplean esas distintas formas de acción y persuasión de tal manera que los países periféricos, en muy diversos grados, se encuentran sometidos a decisiones tomadas en aquéllos o se ven constreñidos a tomar decisiones que de otro modo no tomarían, o a dejar de tomarlas, aunque se trate de decisiones que convienen a sus intereses (PREBISCH, 1981, p.203).

Nesse âmbito, as empresas transnacionais recebem um papel de destaque, pois, graças a sua superioridade tecnológica, financeira e econômica, adquirem uma considerável influência nos países periféricos. Nelas gravitam fortemente a imprensa e outros meios de

⁴ Prebisch (1981), ao discorrer sobre a dependência cultural da periferia, faz uma distinção de sentido importante entre propagação e irradiação. Enquanto a primeira é um fenômeno deliberado, a segunda é dada de forma espontânea – ainda que, em muitos casos, essas duas formas combinem-se inextricavelmente.

difusão social e podem, inclusive, obter força política tal que, às vezes, ultrapassa o poder político de empresas nacionais e influencia nas decisões dos governos desses países. São retratos dos fenômenos de aprofundamento da dependência que se somam às tendências conflituosas e excludentes características do subdesenvolvimento.

No entanto, os problemas que afligem a periferia não são resultados diretos da herança cultural, científica e tecnológica oriundas do centro, mas da sua renitente subordinação, que se traduz no caráter imitativo do seu capitalismo – e não simplesmente por causa da imitação do padrão de consumo estadunidense, que é um fenômeno global, mas por sua natureza privilegiada e segregadora arraigada na história latino-americana.

A especificidade da periferia, que a distingue do capitalismo central, revela-se na técnica, no consumo, na heterogeneidade da estrutura produtiva, no grau de democratização, na propriedade da terra e na formação e utilização do excedente.

3.2. O excedente estrutural: origem, apropriação e uso

O excedente estrutural é o elemento central na sua interpretação, à medida que são os mecanismos de geração, apropriação e utilização que explicam em grande parte a especificidade da condição periférica. As possibilidades de acumulação e sua orientação dependem da dimensão e da direção dada o excedente, as quais, por sua vez, estão sujeitas à forma como esse é apropriado pelos diversos estratos da população.

O excedente corresponde à parte do fruto do incremento da produtividade que, não sendo compartilhada pela força de trabalho no livre funcionamento das leis do mercado, tende a concentrar-se nos proprietários dos meios de produção – além da parcela que correspondente à remuneração da sua função empresarial.

Devido à heterogeneidade social, essa parcela não transferida à enorme massa da força de trabalho é apropriada pelos estratos superiores, que são quem concentram grande parte dos meios produtivos. A forma como o excedente será dividido entre os distintos grupos sociais depende do poder de cada um deles, que sofrerá constantes mutações ao longo do tempo, na qual o Estado é um ator a mais nessa disputa. Prebisch (1981) delinea quatro poderes: o econômico, o social, o político e o sindical, que serão explicados na próxima seção. Vale ainda ressaltar que ele distingue os estratos sociais, definidos de certo modo de acordo com o nível de renda e com diferentes graus de poder: os “superiores” são os proprietários dos meios de produção e de comunicação; os “intermediários”, caracterizados por deterem o

poder social; e os “inferiores”, que possui uma parte na qual predomina o poder sindical e outra marginalizada, deserdada, sem poder algum (GURRIERI, 2011).

No centro, marcado pela tendência à homogeneidade estrutural, o processo de desenvolvimento caracteriza-se por uma superposição de camadas técnicas de crescente produtividade e eficácia⁵ a outras inferiores, deslocando a mão-de-obra ocupada nestas últimas às camadas superiores. Na periferia, ao contrário, o esforço de acumulação é insuficiente para cumprir esse papel absorvente da força de trabalho, já que parte relevante do crescente excedente é desviada para atender o consumo dos estratos superiores. Além disso,

Que el sistema necesite acelerar el ritmo de acumulación a fin de elevar el empleo no es algo que incumba en sí mismo a los grupos sociales que se apropian del excedente. Son otros los elementos que determinan el ritmo de acumulación y sobre todo un factor de índole cultural: el grado de austeridad en el desarrollo histórico del capitalismo, hay que reconocer que no se caracteriza por ella el capitalismo periférico (PREBISCH, 1984, p. 165).

Assim, ao lado da sucção de renda criada na periferia por parte dos centros, há um desperdício do potencial de acumulação, fruto da sociedade privilegiada de consumo. Ademais, a acumulação prematura de capital não reprodutivo contribui para o caráter excludente do sistema. A propagação de técnicas diversificadoras cada vez mais avançadas na periferia torna-se um entrave para que as técnicas reprodutivas penetrem nas camadas mais baixas da estrutura social.

À força de trabalho redundante ou desocupada, acrescenta-se a parcela dos estratos inferiores que vão sendo excluídas do processo. Portanto, há uma sobra estrutural de mão de obra que se converte em um entrave para que a força de trabalho partilhe dos frutos do incremento da produtividade.

É um processo que se reforça mutuamente: a sociedade privilegiada de consumo é consequência da propagação e imitação de uma estrutura social em outra incompatível, já que parte do incremento do excedente fica circunscrita a atender suas necessidades de consumo. Por isso, é possível que alguns países alcancem alto grau de eficácia econômica ou prosperidade, ao mesmo tempo em que persiste o infra-consumo em outras camadas da população. Não há qualquer tendência à eficácia social, pois, “la exaltación dinámica de la sociedad de consumo se basa, precisamente, en su falta de eficacia social. No es que el sistema funcione mal, sino que el sistema es así: es un sistema socialmente vicioso” (PREBISCH, 1981, p.61).

⁵ Para Prebisch (1981), o conceito de produtividade relaciona-se ao esforço humano cada vez menor que se requiere para produzir determinado *quantum* de bens e serviços, devido ao aumento de capital em bens físicos, às inovações tecnológicas e à formação humana. Este representa o capital reprodutivo, enquanto o capital não reprodutivo é o que se destina a ampliar a eficácia, para a obtenção de bens e serviços de melhor qualidade, *performance*, etc.

3.3. A estrutura de poder econômico, social, sindical e o Estado

Prebisch (1981) distingue as diferentes formas de poder que influenciam no processo de apropriação e compartilhamento do fruto do progresso técnico, ressaltando seu aspecto dinâmico: as mudanças nas relações de poder e as mutações estruturais que delas decorrem.

O poder econômico encontra-se principalmente concentrado nos estratos superiores, nas mãos dos proprietários dos meios de produção – geralmente vinculados aos que também detêm os recursos bancários e financeiros do sistema. Por conta disso, têm considerável influência sobre partidos políticos e servidores do Estado, beneficiando-se da expansão do excedente em detrimento de outros grupos sociais. Acrescenta-se ainda, que,

En esa constelación de intereses se articulan las empresas transnacionales. Son cada vez más activas en la introducción de nuevas capas técnicas y, por tanto, en la creación de excedente y la obtención de ganancias. Suelen contribuir notablemente a la expansión productiva, pero después de cierto tiempo se vuelven agentes activos de la succión exterior de ingresos (PREBISCH, 1981, p.79).

O poder social encontra-se em parte da força de trabalho inserida nos estratos superiores, mas, sobretudo, nas altas rendas dos estratos intermediários. Relaciona-se às oportunidades de formação e às possibilidades de usufruí-las, ou seja, reflete a estrutura social e a maior ou menor democratização do ensino. Já o poder sindical surge com a expansão dos estratos intermediários pela industrialização e outras atividades absorvedoras de força de trabalho, fundamental para que participem dos ganhos do aumento de produtividade, dado que não compartilham dos poderes econômico ou social.

Do ponto de vista distributivo, o Estado é a expressão das relações de poder vigentes, sem deixar de ser um ator a mais na disputa pelo excedente. Responde às influências de determinados estratos, mas, também aos interesses relativamente autônomos do aparelho burocrático, nos âmbitos administrativo, produtivo, militar ou de serviços (GURRIERI, 2011).

Dessa forma, no período de “crescimento para fora”, os poderes econômico e social dos estratos superiores são dominantes e expressos no enorme poder político e o Estado responde aos seus interesses e anseios. Utilizam os seus recursos em benefício próprio, para, assim, defender as bases do sistema e deslocar a carga fiscal em direção aos estratos mais baixos.

Conforme a periferia se desenvolve, cresce o poder político dos estratos intermediários e, eventualmente, dos inferiores. Surgem novos atores no cenário político e sindical, que buscam responder àqueles anseios da força de trabalho não alcançados espontaneamente no mercado. É manifesto que, em um primeiro momento, esse poder de compartilhamento que alguns representam é limitado pela democratização pouco sólida e pela combinação de fenômenos muito conhecidos na história latino-americana: manipulação, repressão, cooptação e clientelismo. Ademais, o poder político⁶ nunca deixa de ser considerável para os estratos superiores, pois, ao mesmo tempo em que ele se expande às demais camadas, acentua-se a concentração do poder econômico e o privilégio de consumo é mantido por meio de bases institucionais.

Por outro lado, em uma fase seguinte, quando os atores políticos e sindicais obtêm tamanho poder de compartilhamento, intensifica-se a disputa distributiva a tal ponto que uma espiral inflacionária tornar-se-ia inerente ao sistema.

Assim, conforme o capitalismo periférico desenvolve-se surgem forças contrastantes ao seu funcionamento. Novos grupos sociais intensificam a disputa pela partilha do excedente econômico; o aparato estatal dilata-se e também demanda uma parcela do excedente; e o processo de democratização é fortalecido, impulsionando e legitimando tais processos.

Nessa etapa posterior, à medida que o Estado, para cobrir os serviços sociais e outros gastos, aumenta os impostos da força de trabalho, esta, com o avanço do poder sindical, busca ressarcir-se com o aumento das remunerações. Se se ampliam em um ritmo superior ao incremento da produtividade, decai o crescimento do excedente e, por conseguinte, a acumulação de capital. Além disso, parte dos impostos recai sobre o próprio excedente, afetando diretamente o investimento reprodutivo e, logo, a futura acumulação.

Qualquer elevação das remunerações tem o duplo efeito de impulsionar a demanda e encarecer os custos. Se, como mencionado, o ritmo de ressarcimento é maior do que o de incremento da produtividade, os maiores custos são repassados aos preços dos bens. Nada mais do que as empresas utilizando de seu poder para defenderem os seus excedentes. Por outro lado, com o poder adquirido, a força de trabalho segue lutando por melhores remunerações, impulsionando a espiral inflacionária (PREBISCH, 1984).

⁶ Prebisch atenta para as distintas formas em que se expressa o poder político dos estratos superiores, inclusive através dos meios de comunicação de massa, que reforçam seus privilégios de consumo: “expresión de independencia de la prensa, gran conquista del liberalismo. Pero expresión de libertad de quienes poseen los medios productivos de la empresa” (PREBISCH, 1981, p.85).

Em síntese, a mudança na estrutura de poder, com a expansão do poder social, sindical e político a estratos anteriormente desfavorecidos, desdobra-se na modificação do compartilhamento dos frutos do aumento de produtividade, desembocando em um processo complexo. Se as pressões pela divisão do excedente são acompanhadas de aumento do fluxo monetário, a maior demanda implicará em elevação dos preços, recrudescimento do conflito distributivo e, dessa forma, no desatamento da espiral inflacionária. Cedo ou tarde, quando a autoridade monetária começar a restringir o crédito, as consequências são: desaceleração do ritmo de crescimento ou contração do produto, compressão do excedente e altas taxas de desemprego. O sistema tende a crises, porque chega a um limite crítico, no qual as pressões redistributivas capturam todo o incremento dos seus frutos.

O capitalismo tende à crise por causa da contradição entre a exigência de aumentar continuamente o excedente para dinamizar o sistema, de um lado, e as pressões redistributivas que surgem do processo de democratização, de outro. Em cada situação podem existir fatores que contenham ou adiem as crises, mas elas sempre estão potencialmente presentes e se agravam na medida em que o processo de democratização se aprofunda. Pode o capitalismo periférico evitar as crises estruturais? Isso seria possível se as diversas camadas sociais e os grupos estatais alterassem radicalmente suas reivindicações sobre o uso do excedente. (...) Mas as coisas não se passam assim. As camadas superiores não foram nem são austeras e desejam defender a sociedade desigual que lhes permite manter uma vida de privilégios. (GURRIERI, 2011, p. 86).

3.4. Rumo à transformação periférica: síntese entre liberalismo e socialismo

A conclusão mais significativa e rigorosa da tese de Prebisch é que a dinâmica do capitalismo periférico depende indispensavelmente da desigualdade – afinal, é nela que se baseia o excedente estrutural, que impulsiona a sociedade privilegiada de consumo. E é o seu crescimento contínuo que permite a ampliação da acumulação de capital. A crise é consequência direta da violação desse princípio. Sendo assim, a sua teoria da transformação deve ter como ponto de partida a desapropriação privada do excedente.

Propõe, então, uma teoria que permeia o socialismo e o liberalismo econômico, para assegurar um desenvolvimento robusto, a progressiva democratização com seus valores intrínsecos e a equidade distributiva. Socialismo porque o ritmo da acumulação de capital e a distribuição de renda devem ser objetos de decisões coletivas, visando solucionar as graves disparidades estruturais. E liberalismo, pois a renda redistribuída poderá ser utilizada livremente no mercado pelos indivíduos e as empresas terão autoridade para alocar o capital conforme lhes convêm, isto é, mantêm-se as decisões individuais de consumo e produção –

exceto as que, por questões de horizonte social, temporal ou ecológico, devam ser tomadas coletivamente.

Da desapropriação privada ao uso social do excedente não significa transferi-lo diretamente às mãos do Estado, mas racionalizar a acumulação, o consumo e os gastos do governo. Para isso, é imprescindível um plano concertado tecnicamente e aprovado por vias democráticas.

Em primeiro lugar, deve impulsionar a acumulação em bens de capital e em formação e qualificação da força de trabalho, para que esta seja absorvida em empregos de crescente produtividade. A demanda de consumo da força de trabalho será, assim, ampliada em detrimento da sociedade de consumo privilegiado.

Um dos grandes desafios de um plano de desenvolvimento é compatibilizar a acumulação de capital físico com formação humana – entenda-se educação geral, técnica e inversões sociais que contribuam ao bem-estar. Se esta não acompanhar a primeira, prevalece o poder social pelas diferenças funcionais da renda. Se, ao contrário, o ritmo de formação é maior, há redundância de qualificação nas ocupações de referente produtividade. A imprescindível redistribuição dinâmica da renda é dada mediante a transferência da força de trabalho a atividades com produtividade superior. A distribuição direta da renda é necessária, mas não deve comprometer os fins da acumulação. Só assim lograr-se-á a eficácia social na periferia.

Segundo, a tendência à concentração de capital deve ser enfrentada com a difusão social do capital novo daquelas empresas nas quais surge grande parte do excedente. A ideia é criar as condições para a gestão autônoma das grandes empresas e daquelas que existirão futuramente. A acumulação das pequenas e médias empresas continuará sob seu comando, com a diferença que, segundo a escala de importância econômica dessas, a força de trabalho terá participação progressiva nos seus frutos. Já as empresas públicas também deverão incorporar elementos de gestão autônoma. Em resumo, “la proporción del nuevo capital que se asigne a la fuerza de trabajo seguiría creciendo y llegaría a ser superior a la que correspondiera a quienes ya tenían los medios productivos en sus manos. De esta manera se llegaría (...) a una proporción mayoritaria en el capital de cada empresa” (PREBISCH, 1981, p. 295). Para as empresas transnacionais, na qual a utilização do excedente é feita parcialmente fora da jurisdição nacional, caberá um regime especial. O Estado também cumprirá a função de selecionar o estabelecimento de novas empresas estrangeiras e a

transferência da propriedade a mãos nacionais, ao atingir capacidades técnica e econômica próprias a um regime de gestão autônoma.

Para Prebisch, por razões econômicas, sociais e considerações políticas, a questão é evitar um novo processo de concentração de capital, distribuindo socialmente o excedente que se origina dos meios produtivos, ao mesmo tempo em que se contorne a insuficiência de acumulação periférica.

Ainda em relação à apropriação social do excedente, muitos o interrogaram acerca de quais seriam os estímulos necessários para que os detentores dos meios de produção seguissem aumentando a produtividade, se, apesar de todo o capital acumulado em suas mãos, lhes fossem destituídos dos direitos sobre tais excedentes.

No se trata de eso, ciertamente. Las grandes fallas del capitalismo periférico provienen fundamentalmente del sistema y no de los hombres que se mueven en su seno. No hay por qué hacerles responsables del sistema ni de no haber sabido transformarlo. Otros tienen que hacerlo: es una decisión colectiva y no individual (PREBISCH, 1981, p. 299).

Portanto deve haver um incentivo para que os empresários sejam trasladados das pequenas a médias empresas e destas às maiores, condição indispensável para o acrescentamento de capital. No entanto, Prebisch não apresenta proposições definitivas, apenas delinea sugestões acerca do uso social do excedente – a serem submetidas à crítica.

Em seguida, aconselha alguma compensação à acumulação sob a forma de juros, tanto aos atuais proprietários do capital como aos futuros detentores pela progressiva participação da força de trabalho, além da participação nos lucros das empresas. Para evitar que os grandes empresários mantenham o consumo privilegiado devido a altas quantias obtidas com os juros, impõe-se algum tipo de imposto progressivo.

No que diz respeito ao consumo, é inegável a sua ampliação, com o incremento da renda nos estratos intermediários e inferiores, resultante da redistribuição. Inevitável, ademais, pela ação combinada dos meios de comunicação de massa com a incessante diversificação dos bens e serviços no sistema como um todo. Os esforços primordiais são para dismantelar o consumo privilegiado que obstaculiza o consumo do resto da sociedade, para acabar com a coexistência de opulência em meio ao infra-consumo das grandes massas sociais.

Todavia, vale ressaltar que, quando o afã por consumo adquire proporções exageradas, desdobra-se, fatalmente, na distorção dos valores humanos. Ainda que seja de caráter transcendental, se se trata da transformação latino-americana, esta deveria incorporar condições para o surgimento e frutificação de certos “valores humanos”, recuperando

princípios éticos sucumbidos no jogo do mercado. “El incentivo económico transciende cada vez más el ámbito de las empresas y penetra en esferas en las que no debiera penetrar jamás; porque pervierte grandes valores y degrada la convivencia humana” (PREBISCH, 1982, p.23). Além disso, são princípios fundamentais à coesão social e, por conseguinte, evitam a “*inestabilidad desintegradora*” do novo sistema.

O uso social do excedente também traz à tona os diferentes graus de desenvolvimento dos países da região. Para os países nos quais o processo de industrialização avançou pouco, é elevada a parcela da população que se encontra em atividades de baixa produtividade. Como as taxas de crescimento demográfico são mais altas, as dificuldades de absorção da força de trabalho são muito maiores. Nesse caso, faz-se necessário recorrer ao excedente real ou potencial das atividades de produção primárias. Nas propriedades agrárias onde se utilizam técnicas avançadas, o excedente deve ser apropriado para ser utilizado socialmente. As demais propriedades devem ser exploradas no sentido de criar excedente. Tanto um como o outro devem ser empregados para a atividade primária e para impulsionar o indispensável setor industrial.

Em resumo, o êxito da transformação dependerá dos logros alcançados com a planificação do excedente. A racionalidade coletiva exige que o excedente seja repartido entre acumulação, consumo e serviços do Estado de forma compatível. Para a distribuição dinâmica da renda, a força de trabalho deve ser incorporada a atividades de crescente produtividade, através da absorção dos estratos inferiores e da inserção da parcela marginalizada do sistema. O uso social do excedente decreta a compressão do consumo dos estratos favorecidos, ao mesmo tempo em que adequa as necessidades de acumulação e distribuição com os incentivos econômicos que demandam os que possuem responsabilidades diretivas e executivas nas empresas e aqueles que serão substituídos nas empresas autônomas. Determinado o novo ritmo de acumulação, cabe perguntar como serão distribuídas as obrigações de incremento do capital entre os estratos superiores e o restante da sociedade.

As tarefas são complexas e a execução complicada. Dessa forma, a planificação do excedente exige dois planos relacionados entre si: um técnico e outro político. O plano técnico abarca uma análise criteriosa e quantitativa dos diferentes aspectos do uso social do excedente e exprime as alternativas que acordam com os objetivos da transformação. No político entram as decisões a serem tomadas. É da combinação dos dois planos que se sucede o plano de uso social do excedente.

A la luz de los escritos de la CEPAL, que la a planificación se impone a fin de que el Estado, con sentido de previsión, determine ciertos cambios de gran importancia en la estructura productiva que se sustrae al funcionamiento del mercado, por más que se hubiese llegado a resolver el problema de acumulación y distribución. Previsión que no podría omitir consideraciones ecológicas. (...) Si bien uno de los justificativos primordiales del plan era elevar el ritmo de acumulación, no profundizamos en los obstáculos que se oponían en la estructura social. No reconocimos que la planificación tenía que basarse en algo fundamental: había que planificar el uso social del excedente (PREBISCH, 1982, p. 313).

Finalmente, atenta-se à distinção entre as falhas que invocam a transformação do capitalismo periférico e o posterior funcionamento do sistema. Há possíveis desvios do plano que não podem ser omitidos. Por exemplo: supondo que o novo sistema resolva o desperdício de parte considerável do potencial de acumulação, pelo mencionado papel das empresas transnacionais e dos estratos superiores. Mesmo que estabelecidas metas de acumulação de capital para uma série de anos, não desaparece a pressão por uma redistribuição imediata da renda, pois há grupos sociais com interesses divergentes, que podem preferir o consumo imediato em detrimento da acumulação. Além disso, podem exercer pressão sobre as autoridades políticas e distorcer suas aspirações.

Por isso a transformação do sistema não pode se resumir a uma simples fórmula a ser aplicada de uma vez por toda e por todas as partes. O mais importante é não perder o rumo e manter-se atado aos objetivos primordiais, mesmo com os obstáculos que se manifestarão conforme a transformação se processe.

No entanto, paira uma dúvida: ¿cuál sería la actitud de los centros, sobre todo de los Estados Unidos, frente a un cambio tan fundamental como el que se preconiza en estas páginas? (PREBISCH, 1982, p.329). Nas economias centrais há uma constelação de interesses econômicos, financeiros e políticos com grande influência na periferia e que reagem frente a quaisquer medidas tomadas que não lhes convenham. Portanto, para a transformação da periferia é preciso lutar em duas frentes *hacia dentro* e *hacia fuera*, tendo em vista que os focos de resistência interna procurarão todos os meios de apoio externo.

3.5. Teorias incorporadas do centro

A percepção da especificidade da realidade latino-americana significou, para Prebisch, o esforço incessante de procurar uma interpretação teórica própria da região, com independência intelectual, que escapasse, assim, das armadilhas e amarras do arcabouço neoclássico no qual se formou.

Para ele, se, por um lado, as teorias neoclássicas são fascinantes pelo rigor lógico, precisão e elegância matemática; por outro, pecam pela assepsia doutrinária: descartam elementos fundamentais da realidade social, política, cultural e do desenvolvimento histórico das coletividades. E por isso, pretendem-se universais, quando não o são.

Cabe a indagação: tendo em vista a complexidade do capitalismo periférico, como se justifica, em prol do desenvolvimento dos países latino-americanos, a obstinada opção de alguns em levar a cabo os ensinamentos doutrinários aprendidos nos centros?

Ha sido y sigue siendo muy fuerte la irradiación espontánea de lo que se piensa y escribe en ellos. Pero también hay una acción deliberada y sistemática de propagación. Data de mediados del siglo XIX la irradiación intelectual de las teorías neoclásicas sobre las cuales se basa la versión contemporánea del liberalismo económico. (...) Pero es también muy intensa la propagación deliberada por la contienda ideológica entre las dos grandes superpotencias. No se comprende generalmente en la superpotencia capitalista que el liberalismo económico, dada la estructura social de la periferia, y las relaciones de dependencia, es incompatible con el avance de la democratización y el ejercicio inseparable de los derechos humanos (PREBISCH, 1981, p. 209)

E, ainda assim, mais uma vez voltam a proclamar a “magia do mercado”, como se, sob suas leis, o sistema tendesse ao equilíbrio e à distribuição de renda equitativa e não houvesse mais centro e periferia (PREBISCH, 1983).

Na periferia, mesmo sob o jogo da livre concorrência, o sistema tende a crises e não ao equilíbrio dinâmico. A causa fundamental está no intrincado desperdício potencial da acumulação de capital pela sociedade privilegiada de consumo e na sucção externa de parte do incremento dos frutos do progresso técnico.

Nesse sentido, não se pode esperar do mercado, que carece de horizonte temporal, social e ambiental, a solução para suas graves falhas, isto é, atribuir-lhe a função de propiciar o ritmo de acumulação de capital necessário e, muito menos, de modificar a estrutura social e de poder que implicam em graves desigualdades de renda.

Segundo Prebisch (1981), há um falseamento do liberalismo econômico na periferia em três pontos centrais: na concentração de poder e suas sérias consequências, no papel regulador do mercado e na mobilidade social.

O primeiro é próprio do funcionamento do sistema e resulta da penetração da técnica originada nos centros em uma estrutura social distinta da periferia. Consequentemente, em decorrência do excedente e das desigualdades distributivas, desbanca-se qualquer papel regulador do mercado. São aquelas graves falhas que lhes dão seu caráter conflituoso e excludente, principalmente nos estratos inferiores que permanecem marginalizados das benesses do desenvolvimento.

La libertad económica es allí la libertad de ser pobre. La libertad política no es otra cosa que la libertad de decidir sin tener medios efectivos de discernimiento. Y la libertad de pensar y expresarse, así como la vigencia de otros derechos fundamentales, siguen siendo un convencionalismo retórico, mientras haya estratos sociales sumergidos en la ignorancia y la indigencia, como son una quimera los conceptos vitales de igualdad de oportunidades y movilidad social (PREBISCH, 1981, p.273)

Em relação ao último ponto, não há igualdade de oportunidades. A mobilidade social leva os mais “capazes” à cúspide do sistema, deixando à margem grande parte da sociedade, já que o poder econômico e social costuma beneficiar uns poucos em detrimento da maioria. E, para complexificar, “quienes trasponen obstáculos y estratos, se insertan en el sistema, miran hacia arriba, hacia las ventajas que les ofrece la sociedad privilegiada de consumo, y no hacia abajo, de donde proceden” (PREBISCH, 1981, p. 273).

Ainda assim, após décadas de denúncias e de discussão teórica para programas de diretrizes políticas, teorias que se creriam superadas, como o pretérito esquema da divisão internacional do trabalho, voltaram a irromper na América Latina, implicando em cenários devastadores para a estrutura industrial da região – para muito além do intuito de corrigir abusos e distorções do processo substitutivo. No transcurso dos anos 1980, já se sentiam as graves consequências das recém-incorporadas teorias de Chicago nos países latino-americanos (PREBISCH, 1986).

Hay que emprender nuevamente el camino de nuestra autonomía intelectual. Y tener siempre presente que los centros sólo se han interesado en el desarrollo periférico cuando convenía a sus propios intereses económicos, políticos o estratégicos. No les ha interesado la profundidad social del desarrollo periférico. En fin, no les ha interesado a los centro que la periferia deje de serlo. Convenzámonos de que esa transformación no podrá venir de afuera, ni en las ideas ni en los hechos (PREBISCH, 1984, p. 182).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central do artigo foi recuperar os últimos trabalhos de Prebisch, que representam o amadurecimento das suas teorias a respeito da realidade latino-americana, após um esforço de investigação e dedicação de grande parte da sua vida, principalmente à frente da CEPAL. As categorias desenvolvidas de análise pelo método histórico-estrutural são relevantes para a compreensão da especificidade do caráter periférico e subdesenvolvido da América Latina. As suas considerações acerca dos desafios e possibilidades que se impõem para a região continuam relevantes em pleno século XXI.

Se, por um lado, a crise da dívida dos anos 1980 (“a década perdida”) ofuscou tais contribuições, seus desdobramentos, por outro, minaram quaisquer reflexões críticas e longo-

prazista. No plano internacional, disseminaram-se, outra vez, as soluções ortodoxas liberais, desembocando no austero receituário do “Consenso de Washington”⁷. Em seguida, voltaram-se para a “vocação” histórica latino-americana, isto é, para a participação no sistema global pela via da especialização produtiva em bens primários de baixa produtividade. Além disso, a ascensão da China reforçou o processo que ganhava contornos claros em meio à era da globalização e de hegemonia neoliberal: por um lado, a importância da região latino-americana na exportação de *commodities* (em alta) ou produtos de baixa intensidade tecnológica, e por outro, como consumidores das suas manufaturas (baratas) intensivas em trabalho e tecnologia.

As mudanças pelas quais o capitalismo mundial passou não significaram o fim do sistema de relações centro e periferia – nem mesmo com as modificações provocadas pela ascensão da China. Ao contrário, reforçaram e agravaram ainda mais as contradições internas do capitalismo periférico. As tendências à exclusão e ao conflito permanecem mesmo com os diversos programas de políticas públicas redistributivas que têm marcado o período – afinal, esses não atacam a sociedade de consumo privilegiada.

As implicações são inequívocas: ao lado da concentração da pauta exportadora em *commodities* básicas estarão a desnacionalização do parque produtivo, a desindustrialização precoce, a dependência financeira e tecnológica e a precarização do mercado de trabalho, a médio e longo prazo. Isto é, grandes consequências negativas nos âmbitos social, econômico e político, além de enorme vulnerabilidade frente a mudanças no cenário externo.

A experiência nos ensinou amplamente que, se não se atacam de frente os problemas fundamentais, o esforço de acumulação tende a reproduzir, agravado, o mau desenvolvimento. (...) O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade (FURTADO, 2004, p.4).

Para além de nos questionarmos se é válida ou não tal teoria de transformação do sistema – para Prebisch, naquele período, delineada como uma síntese entre o liberalismo e o socialismo –, é importante salientar tal esforço e principalmente as inúmeras dificuldades, a partir da apreensão e teorização de certa realidade, de buscar superá-la. Nesse sentido, é ainda mais válida para corroborar a necessidade da retomada do pensamento crítico original latino-americano, que, para além do âmbito econômico, vise à superação dos traços perversos do subdesenvolvimento – para o qual deverá ser enfrentada, com veemência, a dupla articulação: dependência externa e segregação interna.

⁷ A respeito das reformas propostas para a América Latina ver Williamson (1992).

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo, Cinquenta anos de pensamento na Cepal - uma resenha. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000. v.1.

DOSMAN, Edgar J., **Raúl Prebisch (1901- 1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

FERRER, Aldo, Raúl Prebisch y el dilema del desarrollo en el mundo global. **Revista de la CEPAL**, nº101, Santiago de Chile, agosto, 2010.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, jul. 2004, nº 179.

GURRIERI, Adolfo. A economia política de Raúl Prebisch. *In*: PREBISCH, Raul; GURRIERI, Adolfo (org.). **O manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

PREBISCH, Raúl, **Capitalismo periférico: crisis y transformación**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1981.

_____. La periferia latinoamericana en el sistema global del capitalismo. **Revista de la CEPAL**, nº13, Santiago de Chile, abril, 1981b.

_____. Un recodo histórico en la periferia latinoamericana. **Revista de la CEPAL**, nº18, Santiago de Chile, dezembro, 1982.

_____. La crisis del capitalismo y el comercio internacional. **Revista de la CEPAL**, nº20, Santiago de Chile, agosto, 1983.

_____. La crisis global del capitalismo y su trasfondo teórico. **Revista de la CEPAL**, nº22, Santiago de Chile, abril, 1984.

_____. La periferia latinoamericana en la crisis global del capitalismo. **Revista de la CEPAL**, nº26, Santiago de Chile, agosto, 1985.

_____. Notas sobre el intercambio desde el punto de vista periférico. **Revista de la CEPAL**, nº28, Santiago de Chile, abril, 1986.

_____. Dependencia, interdependencia y desarrollo. **Revista de la CEPAL**, nº34, Santiago de Chile, abril, 1988.

_____. O desenvolvimento económico da América Latina e alguns de seus principais problemas. *In*: PREBISCH, Raul; GURRIERI, Adolfo (org.). **O manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

RODRÍGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

ROSTOW, Walt W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política**. jan.-mar. 1992 v.12, nº1.